

A LUTA CONTRA A MP 1052/21



Entidades unem forças contra projeto que pretende fragilizar instituições de desenvolvimento e fundos constitucionais

EM DEFESA DO BASA E BNB, FNO E FNE! – AEBA E AFBNB ALERTAM CONTRA A MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL QUE AMEAÇA OS BANCOS REGIONAIS– AEBA E AFBNB ALERTAM CONTRA A MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL QUE AMEAÇA OS BANCOS REGIONAIS

Por meio de edição extra do Diário Oficial da União do último dia 19 de maio, o Governo Federal editou a Medida Provisória – (MP) nº 1052/2021, que altera as regras dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNO e FNE) e reduz as taxas de administração das instituições que os gerem – Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), respectivamente.

Pela MP, o governo federal direciona a redução da taxa de administração dos referidos Bancos pela operacionalização dos Fundos, ano a ano, de modo que em 2023 chegue a 0,8%, enquanto que pelas regras vigentes esse índice é de 1,5% para o mesmo período. Além disso, determina queda drástica na taxa de administração até chegar a 0,5% a partir de 2026. Não resta dúvida de que a medida causa um forte impacto sobre a manutenção e a sustentabilidade desses bancos, o que traduz duro ataque às instituições públicas, sobretudo as de caráter regional, no caso o BASA e o BNB, que têm nos Fundos Constitucionais (FNO e FNE) suas principais fontes de recursos, responsáveis pela maior fatia das suas aplicações. O FNO e o FNE representam cerca de 70% do total dos recursos injetados pelos dois Bancos, respectivamente, na economia das regiões em que se fazem presente. O BASA atua em todos os estados da região Norte e o BNB em todos estados da região Nordeste mais o norte do Espírito Santo e Minas Gerais.



Segundo matérias veiculadas pela imprensa a justificativa do governo federal é que a medida é para “aproximar os bancos administradores dos fundos constitucionais das taxas praticadas pelo mercado”.

As Associações dos trabalhadores do BASA e BNB – AEBA e AFBNB – se contrapõem a esse argumento e enfatizam que isto não se aplica, uma vez que, por essência, os bancos de desenvolvimento em muito diferem dos bancos de caráter eminentemente comercial em vári-

os aspectos: natureza do crédito (especializado, de longo prazo), público que assistem, atividade orientada, estudos socioeconômicos, inserção no contexto das políticas públicas, dentre outras variáveis relevantes.

Os Bancos Regionais cumprem um papel estratégico como instrumentos de política econômica e social, o que não ocorre com os bancos privados, que por natureza atuam tão somente pela maximização dos lucros, a qualquer custo, sem a menor obrigação constitucional

quanto ao recorte regional e ao desenvolvimento democrático e inclusivo de todas as localidades de sua área de atuação, independentemente de suas respostas imediatas em termos de mercado. Logo, a comparação é descabida e desfocada.

Ainda pela MP a União passa a utilizar recursos do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) no limite de R\$ 11 bi, no desenvolvimento de projetos de concessão e de parcerias público-privadas. Tais recursos antes eram destinados à cobertura de riscos relacionados às operações de crédito (art. 32 da Lei 12712/2012) e serão geridos por instituição administradora que poderá ser contratada sem licitação.

A AEBA e a AFBNB caracterizam a Medida como extremamente prejudicial. Além de atacar letalmente a sustentabilidade de instituições regionais, sobretudo, compromete sobremaneira o desenvolvimento regional, previsto na Constituição

para ser promovido pelos fundos – FNO e FNE – por meio de bancos regionais, no caso em específico o BASA e o BNB. O Brasil precisa de ações que fortaleçam o que ainda resta de público, de amparo ao povo, não do desmonte desses instrumentos.

Considerando a política de desconstrução dos órgãos públicos levada a efeito no Brasil e intensificada pelo Governo Bolsonaro, conforme está posto na sua agenda privatista, a MP 1052/2021 é mais uma tentativa de retirar recursos dos bancos públicos e consequentemente precarizá-los em benefício do segmento privado, dos donos do grande capital, do “poder invisível” que bota e tira seus agentes nas instâncias do poder. Não podemos aceitar que os órgãos públicos sejam instrumentalizados para interesses imediatos!

As Associações estão buscando a interlocução com os parlamentares, principalmente com as bancadas do Norte e Nordeste, cobrando dos mesmos o empen-

ho para que não permitam que tal tragédia se materialize. O entendimento é de que compete a eles o papel de votarem contra a aprovação de matérias nesta linha, de apresentação imediata do contraditório e/ou emendas pela retirada das ameaças postas. É de responsabilidade dos mesmos atuarem por um Brasil justo e voltado aos interesses da maioria do povo; a um projeto de desenvolvimento nacional com recorte regional, em defesa e pelo fortalecimento das instituições de desenvolvimento, bem como dos demais instrumentos conquistados e constituídos para tal.

Nesta perspectiva a AEBA e a AFBNB seguem unidas, firmes na mobilização, buscando a interlocução com os diversos segmentos da sociedade, além do parlamento, a exemplo das Entidades afins e de outras classes, bem como junto aos fóruns nacionais em que se inserem para fins de ações conjuntas no enfrentamento a mais esse ataque.

AFBNB DISCUTE MP 1052/21 COM DEPUTADO CEARENSE

No dia 1º a AFBNB se reuniu na Assembleia Legislativa do Ceará com o Deputado Moisés Braz (PT-CE) dando continuidade às diversas ações que giram em torno da luta contra a aprovação da MP 1052/21 e suas consequências para o papel dos Bancos Públicos.

A ideia do encontro foi apresentar a proposta, o posicionamento da entidade sobre a matéria e solicitar que o tema possa estar em evidência nas discussões na Casa.

O parlamentar demonstrou sua preocupação em torno do assunto e que tem acompanhado as discussões junto a outras entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agri-



cultores e Agricultoras Familiares (Contag). Moisés afirmou ainda que esforços serão feitos juntos às bancadas do nordeste e na própria AL para que o assunto possa ser pautado em audiência pública e falas junto a seus pares.

Participaram do encontro pela AFBNB a Diretora-Presidente Rita Josina, Diretor de Comunicação e Cultura, Dorisval de Lima; o Diretor de Organização Assis Araújo e Conselheiro Tércio Sobral, além do Deputado Moisés Braz e sua assessoria.

ATO POLÍTICO PROMOVIDO PELA AFBNB E AEBA REÚNE LIDERANÇAS E PARLAMENTARES CONTRA A MP



Participaram do ato contra a MP o Gerente Executivo de Rede e Distribuição do Banco da Amazônia, representando o Banco da Amazônia, André Vargas; os deputados federais: Dep. Federal Zé Carlos (PT-MA); Dep. Federal Vivi Reis (Psol – PA); Dep. Federal Bira do Pindaré (PSB – MA); Dep. Federal Airton Luiz Faleiro (PT-PA); Dep. Federal José Ricardo (PT AM); o Vereador do Município Belém/PA, Fernando Carneiro (Psol).

Os Representante dos trabalhadores no Conselho de Administração do Banco do Nordeste (BNB), Rheberny Oliveira; do BASA, Inácio Cruz e do Banco do Brasil, Débora Fonseca; o presidente da Associação dos Aposentados do BNB (AABNB), Edson Braga; o Secretário de Formação e Organização Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), Carlos Augusto; o secretário-Geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga Jr.; a Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará, Tatiana Oliveira (Caixa Econômica Federal); os presidentes dos Sindicatos dos Bancários do Maranhão, Eloy Natan Silveira Nascimento; de Tocantins, Ruy Ferreira Ramos; do Amazonas, Nindberg Barbosa dos Santos; de Bauru, Paulo Tonon; o Presidente Sindicato dos Bancários da Bahia e vereador de Salvador (PCdoB), Augusto Vasconcelos; o Diretor de comunicação do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, Marcos Tinoco. O diretor da Caixa de Assistência do Funcionário do Banco da Amazônia – CASF, Francisco Carlos da Silva Neves; o representante de base da AFBNB em Imperatriz (MA), Antônio Jorge.

Na noite de 10/06, as redes sociais da AFBNB e da AEBA foram palco de um protesto virtual em defesa dos bancos regionais e contra a Medida Provisória 1052/2021, que atinge brutalmente os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento – FNE, FNO e FCO – e pode enterrar o que resta de política regional.

O ato é umas das estratégias trabalhadas pelas duas entidades de trabalhadores, dentre outras que estão sendo executadas, a exemplo da articulação com as casas legislativas, reuniões com parlamentares, inserção da pauta na mídia, mobilização da sociedade e produção de conteúdo sobre o assunto.

Parlamentares federais, municipais, lideranças sindicais e de movimentos sociais das duas regiões participaram da live e foram unânimes ao afirmarem que os prejuízos da MP caso ela prossiga serão incalculáveis não apenas para os bancos – que correm o risco de serem implodidos – mas para as regiões em que aplicam os recursos dos fundos: o Norte e o Nordeste, no caso do FNO e FNE.

Rita Josina Feitosa, direto-

ra-presidente da AFBNB, e Gilson Lima, presidente da AEBA, conduziram o momento. Para Rita, o ato virtual é uma forma de “estar resistindo diante de iniciativas q vão prejudicar sobremaneira os trabalhadores, a sociedade e a própria democracia, que estabeleceu (na Constituição) que os fundos constitucionais são recursos estáveis para implementação de políticas que promovam o desenvolvimento e deixe essas regiões em um nível de desenvolvimento necessário e importante para o país”. Ela destacou ainda a maneira atabalhoada com que a Medida Provisória foi feita, sem nenhum diálogo com a sociedade.

Gilson reforçou os impactos danosos da MP para as instituições que aplicam os Fundos Constitucionais, reforçando que “são essas instituições e esses recursos que impulsionam o desenvolvimento regional”. O dirigente da AEBA citou protestos conduzidos pela Associação em frente à agências do BASA no Pará, Maranhão, Rondônia e Amazonas, alertando a população para os riscos da Medida.

Participação

MP 1052/2021 – AFBNB E AEBA MOBILIZAM PARLAMENTARES E PROPÕEM EMENDAS

Tão logo tomou conhecimento da publicação da Medida Provisória (MP) 1052/2021, a AFBNB não mediu esforços de interlocução para se contrapor à MP que afeta drasticamente os bancos de desenvolvimento regionais (BNB e BASA) e os fundos constitucionais de financiamento (FNE, FNO e FCO).

Na tarde de hoje, em uma ação conjunta com a Associação dos Empregados do BASA (AEBA), a AFBNB apresentou a parlamentares da Bancada do Nordeste duas propos-

tas de emendas na perspectiva de preservar as instituições regionais e os fundos por elas operacionalizados.

A MP encontra-se na Coordenação de Comissões Mistas do Congresso, onde poderia receber emendas até hoje. As Medidas Provisórias são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações julgadas como relevantes e urgentes. Para se tornarem Leis, elas precisam ser aprovadas pela Câmara e pelo Senado.



PROGRAMAS NOSSA VOZ DEBATEM A LUTA CONTRA A MP 1052/21

Desde que foi proposta a Medida Provisória 1052/21 a AFBNB tem reservados espaços em seu programa Nossa Voz para discussão da matéria e suas consequências.

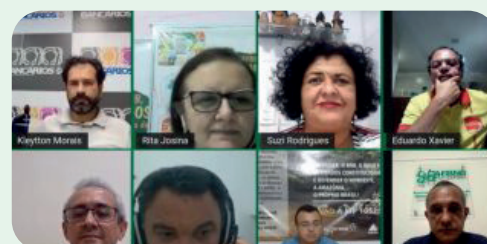
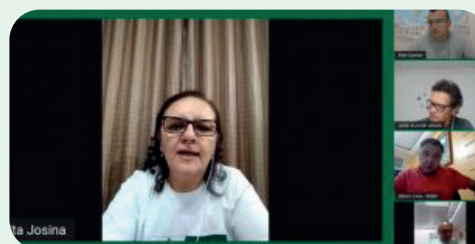
No dia 2 de junho a Diretora Presidente da AFBNB, Rita Josina; o Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA), Gilson Medeiros; o coord. do Conselho Técnico da AFBNB, Alci de Jesus e o Diretor de Comunicação e Cultura da AFBNB, Dorisval de Lima discutiram de que forma a MP traz impactos adversos não só para a sustentabilidade dos bancos regionais, casos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa). Segundo os entrevistados tal medida afeta ainda a capilaridade dessas instituições e também a própria vida dos trabalhadores. A edição destacou que mobilização de todos nesse momento, inclusive da classe política e a mobilização das entidades como AFBNB e AEBA são imprescindíveis para combater mais esta ameaça.

No dia 21 de junho esteve no programa o Professor titular de pós-graduação da PUC-SP nas áreas de Economia e Administração, Ladislau Dowbor e Dorisval de Lima. Ao longo do Nossa Voz, Dowbor

denunciou o que chamou de “dreno” das riquezas do País através da operação do grande capital rentista, efetuado principalmente pelos Bancos privados. Ainda enfatizou que o Brasil está sendo entregue ao rentismo financeiro internacional pelo atual governo e que se faz necessária a luta contra esse tipo de “guerra política” que tem levado o país ao atraso econômico.

Já em 28 do mesmo mês o tema foi mais uma vez tema central do programa. Pela AFBNB participaram a Diretora-Presidente da entidade, Rita Josina e o Diretor de Comunicação e Cultura Dorisval de Lima. Além deles o programa teve como convidados o Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos; a Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Suzineide Rodrigues; o Coordenador-Geral do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, Paulo Eduardo Xavier; o Presidente do Sindicato dos Bancários do DF, Kleyton Guimarães Moraes; o Secretário de Assuntos Jurídico do Sindicato dos Bancários do Maranhão, Gilberto Alves e o Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA), Gilson Lima. A ideia principal do programa foi traz-

er o olhar dos sindicatos de diversos estados para a matéria, a fim de se debater suas causas e consequências para a região.



AFBNB PARTICIPA DE AUDIÊNCIA CONTRA A MP 1052/21, EM DEFESA DOS BANCOS REGIONAIS



A convite do Sindicato dos Bancários do Estado do Pará, a diretora-presidente da AFBNB, Rita Josina Feitosa e o diretor de comunicação Dorisval de Lima participaram na manhã do dia 6 de julho da Audiência Pública [Online] em Defesa do Banco da Amazônia (BASA) Contra a Medida Provisória 1052/2021. A audiência ocorreu por iniciativa do deputado estadual Carlos Bordalo (PT-PA) em atendimento a uma demanda do Sindicato.

O deputado destacou o papel do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional do Norte, o FNO. “O BASA foi gerado e desde o primeiro momento desempenhou um papel extremamente estratégico como âncora de fomento ao desenvolvimento da região. É uma tarefa e responsabilidade estratégica coletiva a defesa dessa Instituição. Jamais podemos concordar com uma visão que tenta enquadrar os bancos públicos como se fossem bancos para o mercado financeiro; os bancos públicos têm como fundamento originário o fomento ao desenvolvimento e não disputar lugar no mercado financeiro”.

Rita Josina, diretora-presidente da AFBNB, falou da escassez de recursos e da inviabilidade total da ação desenvolvimentista dos bancos regionais – BNB e BASA – caso a medida provisória MP 1052 avance. “Temos que resgatar

uma força endógena que são os trabalhadores dessas instituições para essa luta. Essa medida é fatal! Não tem como os bancos continuarem; não tem como manter os postos de trabalho; não tem como ter recurso – um recurso que já é escasso para atender as necessidades – se essa medida for validada da forma que está”.

A dirigente lembrou que a luta da AFBNB e da Associação dos Empregados do BASA (AEBA) é histórica e que a própria atuação dessas entidades de trabalhadores mostra que a vigilância é permanente sempre em defesa das instituições e dos trabalhadores.

Dorisval de Lima reiterou que a MP prejudica a sociedade de um modo geral, o que para ele não constitui surpresa, posto que o governo federal é “anti povo, não tem nenhum compromisso com a sociedade, nem com os órgãos públicos, nem com a vida de um modo geral, com a Amazônia ou o Nordeste”. Segundo o dirigente da AFBNB, o propósito da MP é “intensificar a política de desmonte dos órgãos públicos, de desconstrução da ação do Estado em prol do desenvolvimento e também em prol da política gananciosa do capital financeiro que tem como Guardião o ministro Paulo Guedes. O propósito dessa MP é canalizar e deslocar esses recursos públicos para que o setor priva-

do e naturalmente que ao fazer isso as políticas não serão direcionadas para o interesse público”. Por isso, a luta deve ser não por mudanças na MP, mas pela sua completa rejeição, inclusive a partir do argumento de inconstitucionalidade.

Participaram da audiência representantes da sociedade civil, setor de agricultura familiar, sindicatos e associações.

Expediente

Jornal da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB)

www.afbnb.com.br | E-mail: comunicacao@afbnb.com.br | Rua Nossa Senhora dos Remédios, 85 CEP 60020-120, Benfica, Fortaleza - CE | Tel. (85) 3255.7000 | Jornalistas Responsáveis: Renata Soares (01193JP) e Alan Dantas (3020JP) -

Diretoria (Triênio 2020 - 2022) Gestão História e Autonomia para lutar: AFBNB em ação, sempre!

Diretora Presidente: Rita Josina Feitosa da Silva - Dir. de Organização e Finanças: Francisco de Assis Silva de Araújo - Dir. de Ações Institucionais: José Frota de Medeiros - Dir. de Comunicação e Cultura: Dorisval de Lima - Dir. de Formação Política: Waldenir Sidney Fagundes Britto - Dir. de Assuntos Jurídicos: Jeane Pereira Marques dos Santos - Dir. de Previdência e Saúde: José Carlos Aragão Cabral - Dir. Regional PE/PB/AL: Edilson Rodrigues dos Santos - Dir. Regional CE/RN: Francisco Ribeiro de Lima (Chicão) - Dir. Regional BA/SE: Antônio de Pádua Galindo Primo - Dir. Regional de MG/ES e extraregionais: Reginaldo da Silva Medeiros - Dir. Regional MA/ PI: Gilberto Mendes Feitosa

Conselho Fiscal

Presidente: Henrique Eduardo Barroso Moreira - Vice-Presidente: Tércio Sobral Cavalcante Leite - Secretário: José do Egito Vasconcelos - Conselheiros suplentes: Pedro Antônio da Rocha, Gildomar Nepomuceno Marinho e Socorro Ferraz.

AFBNB PAUTA MP 1052 NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Representada pela Diretora-Presidente Rita Josina, pelos diretores Assis Araújo e Dorisval de Lima, a Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) manteve agenda na manhã de 1/6 com o deputado estadual Renato Roseno (Psol) e o assessor Afrânio Castelo.

O encontro se deu por demanda do Deputado, em decorrência de mensagem encaminhada pela Associação aos parlamentares com o intuito de pautar o assunto no âmbito da casa legislativa, procedimento adotado também em relação aos demais Estados, Câmara Federal e Senado. A MP 1052/2021 afeta a ação desenvolvimentista dos bancos regionais, pois reduz drasticamente a taxa de administração dos mesmos pela gestão dos recursos dos Fundos Constitucionais – FNE, FNO e FCO, respectivamente, o BNB, o Banco da Amazônia e Banco do Brasil. A AFBNB está debatendo a questão no sentido da sua inviabilização, redução dos impactos e até mesmo pela viabilidade de uma

ação direta de inconstitucionalidade (ADI). Assim, está intensificando a interlocução com os parlamentares em âmbito estadual e federal, além de outros segmentos da sociedade nesta perspectiva.

O Deputado Renato Roseno, solidário à demanda e a par dos prejuízos que a MP poderá trazer ao trabalho diferenciado de redução de desigualdades promovido pelo BNB, comprometeu-se a propor audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional da Assembleia Legislativa com data a ser posteriormente divulgada.

A AFBNB segue na interlocução acerca da matéria, discutindo estratégias de enfrentamento à MP, por meio do diálogo com diferentes setores da sociedade.



OPINIÃO: QUE SE CUMPRA A CONSTITUIÇÃO – POR RITA JOSINA FEITOSA

O Governo Federal editou no dia 19 de maio último a Medida Provisória 1052/2021 que altera as regras dos Fundos Constitucionais de Financiamento e reduz as taxas de administração das instituições que os operam: o FNE do Banco do Nordeste (BNB), o FNO do Banco da Amazônia (BASA) e o FCO, do Banco do Brasil.

Pela MP, a taxa de administração dos referidos Bancos fica reduzida ano a ano, chegando a 0,5% em 2026. De imediato já reduz de 2,1% para 1,5%, a partir do próximo mês de julho. A medida causa impacto sobre a sustentabilidade dos bancos, o que traduz forte ataque às instituições públicas, sobretudo as de caráter regional, BASA e BNB, que têm nos Fundos Constitucionais (FNO e FNE) suas principais fontes de recursos, responsáveis por mais de 60% das suas

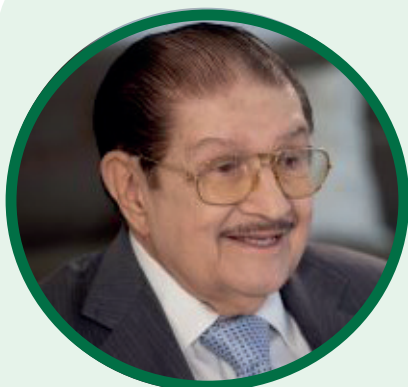
aplicações. No BNB, por exemplo, em 2020 do total de R\$40,1 bilhões, 64% foram com recursos do FNE, distribuídos em 711 mil operações, que beneficiaram mini e pequenos produtores, agricultores, e empresários. Para além de dinheiro emprestado, os referidos recursos contemplam uma política de desenvolvimento, sendo a taxa de administração o que custeia o diferencial desses Instituições: o crédito orientado; acompanhamento antes, durante e depois; a organização das cadeias produtivas; o aperfeiçoamento de arranjos produtivos locais e a estruturação de ações para o desenvolvimento local. Não é lucro para o banco! É retorno social e econômico.

Medidas dessa natureza refletem o escopo de uma agenda privatista e de sucateamento das instituições

públicas, um flagrante revés estratégico quanto à premência de uma política de desenvolvimento. Portanto, está na contramão do que defendemos: uma política nacional de desenvolvimento focada nas potencialidades locais e na redução das desigualdades das regiões historicamente fragilizadas, que precisam da garantia de recursos estáveis e da atuação dos bancos regionais como um suporte mais do que necessário – fundamental.

Mais do que nunca, seguiremos com interlocução junto ao parlamento e a diversos setores da sociedade para que se cumpra a Constituição, pela defesa de recursos estáveis e pelo fortalecimento do BNB e BASA. Não à MP 1052!

**Artigo publicado no Jornal Diário do Nordeste em 23/6/2021*



“RECURSOS EM PATAMAR INFERIORIZADO DESFAVORECEM AS AÇÕES DE FOMENTO”, AFIRMA O EX-SENADOR MAURO BENEVIDES EM ENTREVISTA À AFBNB

A AFBNB conversou com o Senador Constituinte e ex-presidente do BNB, jornalista, advogado e professor Mauro Benevides, sobre a MP 1052/2021. O parlamentar, atuante nos bastidores de Brasília, já manifestou-se contrário à Medida Provisória pelos danos que trará caso seja aprovada. Confira a entrevista:

AFBNB: A MP tem sido “vendida” pelo governo como positiva, mas na verdade é um duro golpe na política de desenvolvimento regional por fragilizar os bancos públicos regionais. Quais os principais impactos disso para essas regiões historicamente carentes de políticas públicas direcionadas?

Mauro Benevides: O Congresso Nacional foi surpreendido com a decisão do Governo Federal, que visa subtrair recursos dos Fundos Constitucionais (do Nordeste, principalmente), numa repentina alteração de algo positivo, que há servido para impulsionar o desenvolvimento da região, pela correção com que o BNB tem aplicado tais disponibilidades, ensejando o salutar crescimento de nossas atividades econômicas. Junto às bancadas nordestinas, já iniciamos movimento contrário, deixando patenteado que, se tais deduções forem aprovadas, aquele estabelecimento creditício sofrerá restrições financeiras, que embargariam o ritmo com que vêm sendo pautadas as suas aplicações, o que prejudicaria a Agricultura, a Indústria e Comércio, segmentos favorecidos com os valiosos incentivos.

AFBNB: O senhor já presidiu o BNB e acompanha de perto o desempenho da instituição. O que difere um banco de fomento

como o BNB de um banco de mercado?

Mauro Benevides: Há diferença evidente, já que, recursos em patamar inferiorizado, desfavorecem as ações de fomento, das quais sempre careceu o Nordeste, apresentando nestes últimos anos índice de expansão bem mais significativo. Os sucessivos Balanços anuais comprovam essa assertiva, exuberantemente.

AFBNB: Qual a importância da taxa de administração do FNE paga ao BNB e como ela pode definir o tamanho e a eficácia da estratégia desenvolvimentista do Banco?

Mauro Benevides: A taxa de administração do BNB é bem acessível, ensejando que os investimentos em tal padrão se tornem mais atrativos para os investidores.

AFBNB: Como o senhor avalia a MP, sobretudo em momento como o que estamos vivendo, de aumento absurdo do desemprego e da fome? O ideal não seria fortalecer o BNB para que ele continuasse sua política de crédito orientado?

Mauro Benevides: O Banco do Nordeste, nesta fase econômico-financeira por que passa o País, deveria assegurar – e não reduzir – os quantitativos aplicados com os respectivos recursos, at-

ualmente, responsáveis por boa aceitação no mercado financeiro.

AFBNB: Em seu artigo no Diário do Nordeste, o senhor conclama os parlamentares da região para manifestarem-se contra a Medida. Como os trabalhadores do BNB e a sociedade de modo geral podem reforçar essa luta?

Mauro Benevides: Não remanesce dúvida de que um trabalho bem organizado, como vem sendo desempenhado, jamais poderia ser alterado, sob pena de reprimir a capacidade empreendedora do nosso BNB.

Os representantes nordestinos, no Congresso Nacional, a exemplo do que ocorreu na Constituinte, serão instados a batalhar intensivamente, para que não se permita a aprovação de proposição iníqua, que atenta contra a nossa luta em prol do desenvolvimento do Nordeste.

Vamos à porfia, sob a vigilância correta dos atuais e mesmo dos ex-parlamentares, a fim de que não se desfigure um programa que tem levado progresso a área geográfica do Polígono das Secas. Confio em que o ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, reveja a posição governamental, mantendo íntegra a política de aplicabilidade empreendida pelo BNB.